



PORTARIA CRO/PE Nº 07 /2020.

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Estado de Pernambuco, CRO/PE, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Federal e Regionais de Odontologia, criados com o advento da Lei Federal nº 4.324 de 14 de abril de 1964 e regulamentada pelo Decreto nº 68.704 de 03 de junho de 1971;

Considerando que, a Constituição Federal excepciona a regra da prévia aprovação em concurso público para a investidura no cargo ou emprego público, autorizando as nomeações para cargo ou emprego em comissão, na forma legalmente prevista, de livre nomeação e exoneração (art. 37, II, parte final, da CF/88);

Considerando que, o cargo em comissão é preenchido com o pressuposto da temporalidade e ocupado por pessoa que desfruta da confiança daquele que nomeia ou propõe a sua nomeação;

Considerando a finalidade precípua destas instituições, tendo por escopo a supervisão da ética profissional e a fiscalização do exercício profissional, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da Odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente;

Considerando, os princípios constitucionais a que se subordina a Administração Pública em geral, principalmente os da moralidade, da impessoalidade e da eficiência;

Considerando a jurisprudência do TST no sentido de ser indevido o pagamento de aviso prévio e multa de 40% sobre o FGTS aos ocupantes de empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração;

Considerando a necessidade em reduzir a inadimplência dos inscritos, bem como, de assessoria a Diretoria quanto a adoção de medidas para um maior acompanhamento e melhor desempenho nas ações;

Resolve:

Art.1º. Nomear a Senhora **Cláudia Pereira da Silva**, CPF nº [REDACTED], RG nº [REDACTED] SSP/PE, como **Assessora da Diretoria/Tesouraria**, executando os seguintes serviços profissionais elencados nos itens abaixo;

Art.2º. Acompanhar e Coordenar as ações de cobrança dos inadimplentes junto a Autarquia;

Art.3º O contrato será executado de forma direta, observando o cumprimento das demandas necessárias ao Conselho Regional de Odontologia-CRO/PE; as atividades serão



condicionadas ao cumprimento de tarefas internas e externas, obedecendo o calendário funcional de cada ano, bem como as necessidades deste Regional;

Art.4º. Assim, deverá observar no desempenho das suas atividades notadamente à área financeira de cobrança e inadimplência, sugerir a adoção de medidas, tratando com os funcionários dos demais setores quando necessário, bem como, tratar com cartórios e inscritos;

Art. 5º. Responsável pelo gerenciamento e envio de relatórios para apresentação de indicadores da Cobrança/inadimplência, devendo realizar, entre outras práticas, o exercício do cargo com zelo, diligência e honestidade, defendendo os direitos, bens e interesse do CRO-PE, manter sigilo sobre tudo o que souber em função de sua atividade profissional, informar e orientar à Diretoria sobre as circunstâncias de interesse para o bom andamento das atividades dos Setores do Regional, sugerindo, tanto quanto possível, as melhores soluções e apontando alternativas;

Art.6º. Prestar assistência à Diretoria/Tesouraria, bem como, seus órgãos de assessoramento, inclusive em reuniões, formulação de relatórios e outras atividades;

Art.7º. Estabelecer a remuneração mensal de **R\$3.500,00**(três mil e quinhentos reais) para uma carga-horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 8º. O Conselho fornecerá 22 (vinte e dois) Vales Alimentação, mensais, no valor unitário de R\$31,94 (trinta e um reais e noventa e quatro centavos);

Art. 9º. A relação de trabalho do ocupante do cargo comissionado será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único. Os ocupantes de empregos públicos em comissão, no ato de sua exoneração, não farão jus ao recebimento de verbas indenizatórias de aviso prévio e multa sobre FGTS.

Art.10º. O contratado reconhece não haver vínculo de natureza permanente com o Conselho Regional de Odontologia-CRO/PE, sendo certa sua contratação por tempo determinado, a fim de atender necessidade temporária de excepcional interesse público, afastando-se a figura do empregado público, uma vez inexistente o disciplinado no artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;

Art.11. Assim, a contratação decorrerá no período compreendido entre os dias 3 de fevereiro de 2020 a 3 de setembro de 2020;

Art.12. Por fim, determino a Secretaria do Conselho Regional de Pernambuco-CRO/PE, que sejam adotadas as providências necessárias;



Art.13. Esta portaria entra em vigor imediatamente, dispensada sua publicação na Imprensa Oficial.

Recife, dia 3 de fevereiro de 2020.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Eduardo Ayrton Cavalcanti Vasconcelos', written over a horizontal line.

Eduardo Ayrton Cavalcanti Vasconcelos, CD – CRO-PE 8802
Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco - CRO-PE.